



A EMERGÊNCIA DOS SETE POVOS DAS MISSÕES: FORMAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL (F.E.S.) DO COREDE MISSÕES/RS

Daniel Claudio da Silveira¹
Silvio Cezar Arend²
Cidonea Machado Deponti³

Resumo: O presente artigo trata da emergência da região dos Sete Povos das Missões e sua distinta trajetória de desenvolvimento, a qual culminou na atual configuração do Conselho Regional de Desenvolvimento das Missões (COREDE Missões) do Estado do Rio Grande do Sul. A região é detentora de especificidades e particularidades intrínsecas na sua dinâmica de desenvolvimento regional, marcada por períodos de tensões e disputas por território desde os anos 1600. Para a análise, considerou-se como marco teórico-metodológico a abordagem de Milton Santos (1976), de Formação Econômica e Social (F.E.S.), de modo a buscar interpretar a realidade e suas distintas perspectivas de desenvolvimento. Essas perspectivas que estão ancoradas nas relações históricas, econômicas, sociais, geográficas, políticas e ambientais do território missionário. Assim, a pesquisa apresenta um resgate histórico, econômico e social da Região das Missões, buscando elucidar as distintas trajetórias de desenvolvimento, que interferem e repercutem sobremaneira na territorialidade contemporânea regional.

Palavras-chave: COREDE Missões. Formação Econômica e Social (F.E.S.). Desenvolvimento Regional.

THE EMERGENCY OF THE SETE POVOS DAS MISSÕES: ECONOMIC AND SOCIAL TRAINING (E.S.T.) OF COREDE MISSÕES/RS

Abstract: The article deals with the emergence of the region of the Sete Povos das Missões and its distinct developmental trajectory that culminated in the current configuration of the Regional Missões Development Council (COREDE Missões) in the State of Rio Grande do Sul. The region has specific characteristics intrinsic in its dynamics of development, marked by periods of tensions and disputes over territory, since the 1600. For the analysis, the approach of Milton Santos (1976), of Economic and Social Formation (E.S.T.), in order to seek to interpret reality and its different perspectives of development. These perspectives are anchored in the historical, economic, social, geographic, political and environmental relations of the missionary territory. Thus, the research presents a historical, economic and social rescue of the Region das Missões, seeking to elucidate the different trajectories of development, which interfere and have a great repercussion on contemporary regional territoriality.

Key-words: COREDE Missões. Economic and Social Training (E.S.T.). Regional Development.

¹ Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), Ijuí, Brasil, daniel.silveira@unijui.edu.br, <https://orcid.org/0000-0003-4379-6144>

² Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), Santa Cruz do Sul, Brasil, silvio@unisc.br, <https://orcid.org/0000-0001-7685-3710>

³ Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), Santa Cruz do Sul, Brasil, silvio@unisc.br, <https://orcid.org/0000-0001-8833-1450>

LA EMERGENCIA DE LOS SIETE PUEBLOS DE LAS MISIONES: FORMACIÓN ECONÓMICA Y SOCIAL (F.E.S.) DEL COREDE MISSÕES/RS

Resumén: El artículo aborda el surgimiento de la región de Sete Povos das Missões y su distinta trayectoria de desarrollo que culminó en la actual configuración del Conselho Regional de Desenvolvimento da Região das Missões (COREDE Missões) del Estado de Rio Grande do Sul. La región tiene especificidades y particularidades intrínsecas a su dinámica de desarrollo regional, marcada por períodos de tensión y disputas territoriales, desde el siglo XVII. Para el análisis se consideró el marco teórico-metodológico referente el planteamiento de Milton Santos (1976), de la Formación Económica y Social (F.E.S.), con el fin de buscar interpretar la realidad y sus diferentes perspectivas de desarrollo. Estas perspectivas están ancladas en las relaciones históricas, económicas, sociales, geográficas, políticas y ambientales del territorio misionero. Así, la investigación presenta una revisión histórica, económica y social de la Região das Missões, buscando dilucidar las diferentes trayectorias de desarrollo, que interfieren e impactan en gran medida la territorialidad regional contemporánea.

Palabras-clave: COREDE Missões. Formación Económica y Social (F.E.S.). Desarrollo regional.

Introdução

O desenvolvimento e a sua evolução histórica sempre estiveram diretamente vinculados e dependentes do modo de produção vigente. O conceito que permeia o termo desenvolvimento, por muitos anos, esteve intrinsecamente relacionado ao crescimento econômico. Essa perspectiva determinista e positivista do desenvolvimento perdurou, por muito tempo, sobre a análise das nações, de regiões específicas e das relações dos agentes inseridos em diferentes dinâmicas produtivas. O desenvolvimento tinha como premissa o estabelecimento de uma relação de causa e efeito dos fenômenos econômicos, isso atrelado ao modelo de produção vigente.

Porém, a problemática do desenvolvimento, a partir da segunda metade do século XX, rompe esse paradigma. Em uma perspectiva das relações humanas e sociais, e da percepção e interação de diferentes áreas de pesquisa (geografia, história, sociologia, economia...), o termo desenvolvimento incorpora um novo conceito, que não necessariamente está imbricada em uma lógica de crescimento econômico, nessa seara, abordagens distintas emergem em relação aos aspectos qualitativos. Um deles, por exemplo, está relacionado às especificidades regionais,

em uma ótica de desenvolvimento regional, por meio da construção do território a partir das potencialidades e particularidades regionais.

Nesse sentido, conhecer as características de uma região e as potencialidades que cada uma delas apresenta é importante para compreender o quadro geral das possibilidades e dos limites existentes para o desenvolvimento dessa. Sendo assim, buscou-se investigar os determinantes históricos, geográficos, políticos, sociais, econômicos e culturais que culminaram na atual conjuntura da Região do Conselho Regional de Desenvolvimento das Missões (COREDE Missões), no Estado do Rio Grande do Sul.

Tal análise regional está ancorada no marco teórico metodológico da Formação Econômica e Social (F.E.S.), sob a égide da perspectiva de construção territorial, no caso, em relação à emergência da região e à caracterização do território missionário, considerando as trajetórias econômicas, sociais, históricas, políticas e culturais de desenvolvimento.

O artigo está estruturado da seguinte forma: na primeira seção é apresentada a caracterização e análise geral do território da Região das Missões; na segunda, o marco teórico metodológico de Formação Econômica e Social (F.E.S.) do território; na terceira, são resgatadas as perspectivas históricas que culminaram na atual conjuntura de desenvolvimento missionário; na última seção, são elencadas as notas finais em relação ao desenvolvimento da região em uma perspectiva territorial.

CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DO COREDE MISSÕES/RS

Esta seção apresenta a caracterização geral da Região do COREDE Missões, o qual é o objeto de aprofundamento e pesquisa do respectivo estudo. Assim, através de um breve diagnóstico técnico da realidade regional, resgata-se as particularidades e trajetórias do território missionário.

A Região do COREDE Missões localiza-se na parte Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, “limitando-se ao Norte com o COREDE-Fronteira Noroeste, ao Leste com o COREDE-Noroeste Colonial, ao Sul com o COREDE-Vale do Jaguari, a

Sudoeste com o COREDE-Fronteira Oeste e no Extremo Oeste com a República da Argentina" (COREDE MISSÕES, 2010, p. 23).

No entanto, antes de referenciar os dados geográficos e demográficos regionais, faz-se necessário esclarecer a constituição dessa região, como resultado de uma política governamental indutora, a qual define recortes territoriais no Estado do Rio Grande do Sul.

O Estado gaúcho, em 1994, instituiu os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDE's) através de decreto estadual, como instrumento de "enfrentamento de problemas relacionados com a dinâmica territorial. Nesse sentido, uma das primeiras iniciativas institucionais para construir uma estratégia de ação para o desenvolvimento regional" (SEPLAN-RS/DEPLAN, 2015. p. 06). Atualmente, existem vinte e oito (28) Conselhos Regionais de Desenvolvimento no Estado.

Além disso, a Secretaria de Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul, através do "*Estudo de Desenvolvimento Regional e Logística - Rumos 2015*", determina a instituição de Regiões Funcionais de Planejamento (RFP's) no Estado. Tal política, novamente induzida, determina que a Região do COREDE Missões é pertencente à Região Funcional de Planejamento Sete (RFP 7) do Rio Grande do Sul.

As regiões funcionais de planejamento foram propostas pelo Estudo de Desenvolvimento Regional e Logística do Rio Grande do Sul – Rumos 2015, contratado em 2003 pela Secretaria da Coordenação e Planejamento, a partir do agrupamento de COREDE's, como uma escala mais agregada que possibilita o tratamento de temas de interesse regional. A regionalização, juntamente com a do COREDE's, passou a ser utilizada para o planejamento das ações governamentais, no orçamento do Estado e no plano plurianual (SEPLAN-RS/DEPLAN, 2015, p. 08).

O Estado do Rio Grande do Sul detém nove regiões funcionais de planejamento. A RFP 7 é composta por quatro (4) COREDE's do território gaúcho. Além do COREDE Missões (região polarizada pelo município de Santo Ângelo), compõem ainda a região funcional: o COREDE Fronteira Noroeste (região polarizada pelo município de Santa Rosa); o COREDE Noroeste Colonial (região polarizada pelo município de Ijuí), e; o COREDE Celeiro (região polarizada pelo município de Três Passos).

Constata-se que a região missioneira é composta por vinte e cinco (25) municípios: Bossoroca, Caibaté, Cerro Largo, Dezesseis de Novembro, Entre-Ijuís, Eugênio de Castro, Garruchos, Giruá, Guarani das Missões, Mato Queimado, Pirapó, Porto Xavier, Rolador, Roque Gonzales, Salvador das Missões, Santo Ângelo, Santo Antônio das Missões, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, Sete de Setembro, Ubiretama e Vitória das Missões (COREDE MISSÕES, 2010, p. 23). Sendo assim, a região abarca uma grande amplitude de municípios, que por sua vez, apresentam grandes heterogeneidades e especificidades dentro do próprio território.

Como particularidade, a região situa-se em uma faixa de fronteira. Por este motivo, é considerada uma região diferenciada e prioritária na implantação de políticas nacionais ancoradas pela lógica do desenvolvimento regional.

Para possibilitar o desempenho de suas atribuições a Secretaria de Programa Regionais (SPR) implementa três programas que possuem iniciativas voltadas para a reversão do quadro de desigualdade e de exclusão das regiões brasileiras e de suas populações: o Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – PROMESO, o Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do SemiÁrido – CONVIVER, e, o Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2009a, p. 05).

Destaca-se que dois programas legitimam a diferenciação dessa região: o Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF)⁴ e o Programa de Promoção e Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (PROMESO). A região diferenciada, alvo do PROMESO, a qual pertence a região missioneira é identificada como a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul⁵ (tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai).

A priorização da redução das desigualdades regionais como uma das formas de viabilizar a estratégia de desenvolvimento de longo prazo, estabelecida no PPA 2008/2011 e iniciada no PPA 2004/2007, confirma a importância que o desenvolvimento regional vem recebendo por parte dos formuladores de políticas públicas do Brasil. Nesse sentido, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional teve sua institucionalização por meio de Decreto nº 6047 de 22/02/2007 que a elevou à condição de política de governo. Coube ao Ministério da Integração Nacional a coordenação do processo de articulação e promoção do desenvolvimento regional por meio do estímulo à

⁴ A faixa de fronteira é uma região diferenciada, caracterizada por integrar dez países, de englobar aproximadamente 27% do território brasileiro (11 unidades federativas e 588 municípios) e reunir cerca de 10 milhões de habitantes (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2009a).

⁵ A Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul comprehende 396 municípios, sendo 223 no norte do Rio Grande do Sul, 131 no oeste de Santa Catarina e 42 no sudoeste do Paraná. Possui uma área total de 120.763 km² e população de 3.815.791 habitantes (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2009b).

participação de atores regionais, sub-regionais, locais e até internacionais (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2009a, p. 05).

Tal lógica de diferenciação e priorização das desigualdades regionais está ancorada pelo próprio discurso do Ministério da Integração Nacional (2009a, p. 06), que considera que essa região configura-se como sendo “pouco desenvolvida economicamente, historicamente abandonada pelo Estado, marcada pela dificuldade de acesso a bens e serviços públicos, pela falta de coesão social, pela inobservância de cidadania e por problemas peculiares às regiões fronteiriças”, com isso, tais diretrizes identificadas determinaram as diretrizes de desenvolvimento regional na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

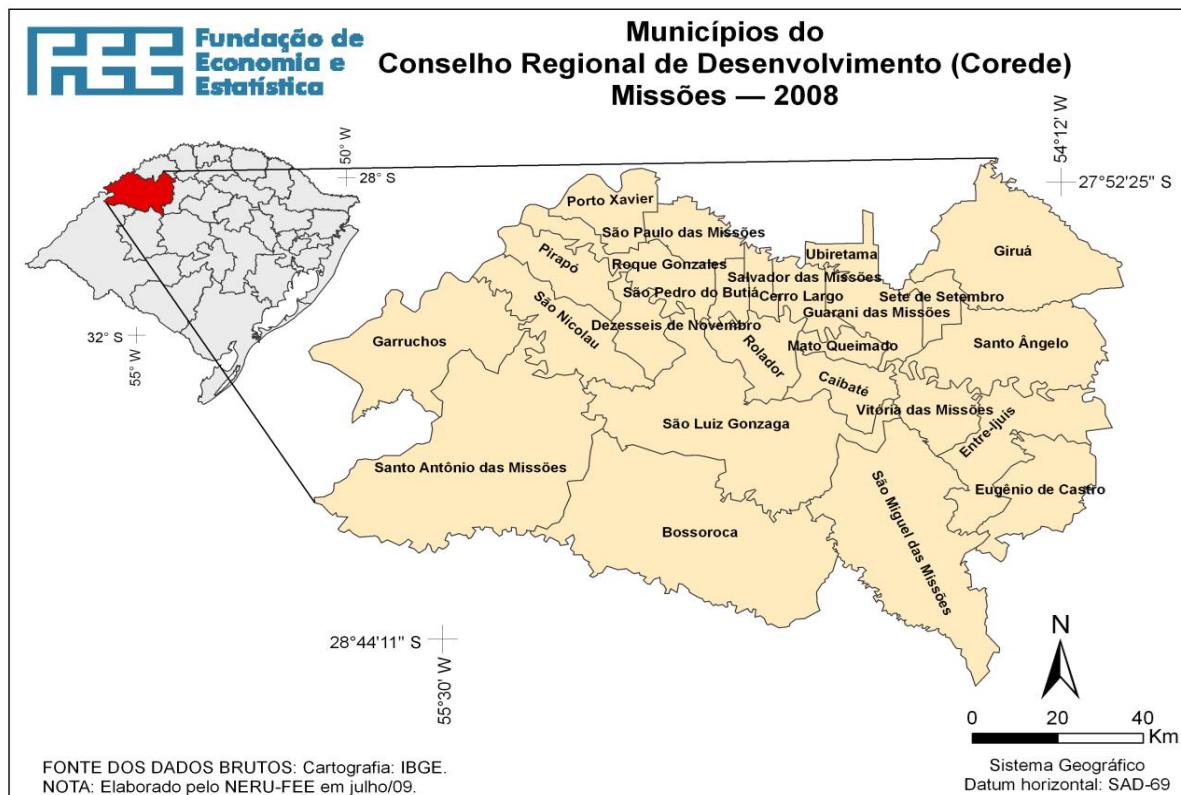
Embora haja uma proximidade física em relação ao território argentino, a mesma não apresenta uma economia integrada com a região de fronteira dos municípios da República Argentina⁶. Nessa perspectiva, um agravante para essa realidade reside nas dificuldades infraestruturais que poderiam proporcionar uma maior integração com o país vizinho. Isso se justifica pela “ausência de ligações no COREDE Missões, que acaba por dificultar esta integração” (SEPLAN-RS/DEPLAN, 2015, p. 08).

De acordo com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional do COREDE Missões (2010, p. 24), a região possui uma área total correspondente a 4,6% do território gaúcho distribuídos geomorfologicamente na unidade do Planalto Meridional e seus municípios inserem-se na Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai, os quais fazem parte, ainda, do Bioma Pampa e do Bioma Mata Atlântica.

Na Figura 01 está representada graficamente a Região de abrangência do COREDE Missões, bem como os municípios que pertencem a este território.

⁶ A fronteira estabelecida com a República da Argentina se estende ao longo do Rio Uruguai, e banha os municípios de Porto Xavier, Roque Gonzales, Pirapó, São Nicolau e Garruchos (COREDE MISSÕES, 2017).

Figura 01- Municípios do Conselho Regional de Desenvolvimento do COREDE Missões/RS.



Fonte: Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul - FEE/RS.

Quanto aos aspectos históricos e culturais já apresentados anteriormente, cabe salientar que o território foi alvo de grandes tensões e disputas ao longo de sua história, que repercutiram sobremaneira nas relações sociais e culturais da região. Assim, o território é marcado pela ação dos agentes e suas diferentes formas de poder, bem como suas interações e reações no espaço e no tempo.

Historicamente, a região vivenciou três períodos, sendo o primeiro predominantemente caracterizado pela ocupação indígena do território (1626/1768), mais especificamente os Guaranis; o segundo, diagnosticado por um período de esquecimento e dependência – tensões entre Portugal e Espanha – e de povoamento (1768/1966); o terceiro, referente ao legado histórico e cultural (de 1966 aos tempos atuais). Considerando estes “três períodos, há uma associação de eventos que

construíram e delimitaram o território da região das Missões" (COREDE MISSÕES, 2017, p. 47-48).

Quanto aos aspectos demográficos, de acordo com a Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul (FEE-RS), em 2010, a Região do COREDE Missões conta com uma população de 248.016 habitantes, representando 2,3% da população estadual.

Os principais centros urbanos regionais são os municípios de Santo Ângelo (76.275 habitantes) e São Luiz Gonzaga (34.556 habitantes). Nesse sentido, destaca-se que os municípios de Cerro Largo, Giruá, Porto Xavier e Santo Antônio das Missões detêm entre 10 e 17 mil habitantes, enquanto que os demais são caracterizados por serem de pequeno porte, com população entre 2 e 9 mil habitantes (FEE, 2016).

Conforme o Perfil Socioeconômico do COREDE Missões (SEPLAN, 2015a, p. 09), com base nos estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Região possui um Centro Sub-Regional (Santo Ângelo), dois Centros de Zona (São Luiz Gonzaga e Cerro Largo) e os demais municípios como Centro Locais. Santo Ângelo atrai os dois Centros de Zona e os Centros Locais próximos. Outros Centros Locais, localizados no oeste da região, possuem ligações com São Luiz Gonzaga, e no norte da região, com Cerro Largo (COREDE MISSÕES, 2017, p. 52).

Para a SEPLAN (2015a, p. 09), com base no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a denominação de *Centro Sub-Regional* é conceituada como um centro que detém atividades de gestão menos complexa com área de atenção reduzida, com relacionamentos externos apenas com as metrópoles. Por sua vez, *Centro de Zona* é entendido como cidades de menor porte e com atuação restrita a sua área imediata. Por fim, *Centro Local* é definido como cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município e têm população predominantemente inferior a dez mil habitantes.

Ao que se refere à Região das Missões é caracterizada por apresentar taxas negativas de crescimento populacional, mais particularmente, a partir da década de 1970. No entanto, esta realidade não é exclusivamente regional, ou seja, evidenciado também em todo território gaúcho. No Estado, a área que ocupa a Fronteira Norte, Noroeste e parte do Sul é caracterizada pelo esvaziamento populacional,

principalmente no meio rural, em que “o COREDE Missões é a região com a maior taxa de perda populacional” (SEPLAN, 2015a, p. 10).

O Estado nacional (território diferenciado, identificado pelo Ministério da Integração Nacional – MIN) reconhece que esta região é caracterizada por ser estagnada e marginalizada, com uma alta taxa de migração populacional, por falta de oportunidades regionais – em termos de complexidade econômica, principalmente nos setores industriais, de comércio e de serviços. Além disso, apresenta uma alta taxa de vulnerabilidade social e precarização da renda, que acabam por acentuar este cenário de estagnação econômica. Com isso, ainda gera uma alta dependência de inversões públicas (políticas públicas) em relação à transferência de renda e a manutenção do povo neste território, devido aos inúmeros entraves enfrentados para o seu desenvolvimento.

Além disso, a região demonstra uma mudança na sua estrutura etária⁷, apresentando uma “menor proporção de crianças e jovens e, uma maior participação de adultos e idosos na composição da população. Fatores como a diminuição da taxa de fecundidade e o aumento da expectativa de vida contribuem para esse fenômeno” (COREDE MISSÕES, 2017, p. 52-53).

Aliado a isso, de acordo com a SEPLAN (2015a, p. 13), o Rio Grande do Sul “possui a menor taxa de fecundidade e a quarta maior expectativa de vida entre os estados do Brasil”.

A queda populacional reforça a tendência de envelhecimento face à permanência dos mais idosos que não migraram na mesma proporção das outras faixas etárias (COREDE MISSÕES, 2010). [...] O fenômeno de crescimento da população acima de 65 anos devido ao aumento da expectativa de vida, também é uma tendência brasileira, gaúcha e missionária (COREDE MISSÕES, 2017, p. 54).

Na próxima seção, são resgatados, em uma perspectiva de formação econômica e social, as distintas trajetórias de desenvolvimento que resultaram na atual dinâmica territorial da Região do COREDE Missões.

DELINAMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA

⁷ Há um processo de envelhecimento regional, considerando a faixa etária de 55 anos, até 80 anos ou mais. Entre 2000 e 2010, houve um crescimento desta faixa etária de 29,76%. Quando comparando o valor absoluto desta população em 2010 (54.552 habitantes), com a população total do COREDE Missões (248.016 habitantes), a representatividade alcança, aproximadamente, 22% do total regional (COREDE MISSÕES, 2017, p. 53).

O recorte espacial da referida pesquisa situou-se na Região do COREDE Missões, que está localizada na parte noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e é composta por vinte e cinco (25) municípios. A região abrange uma grande amplitude de municípios, que, por sua vez, apresentam grandes heterogeneidades e especificidades dentro do próprio território.

Quanto ao marco teórico-metodológico para a operacionalização da pesquisa, a abordagem utilizada está ancorada na formação econômica e social dos territórios (F.E.S.), de Milton Santos (1979), vinculado ao processo histórico e de sua bagagem e seus transbordamentos culturais e sociais. O homem é um ser histórico e social. O mundo é produto da ação humana e a realidade social está em constante transformação (estrutura e superestrutura). Para a operacionalização da pesquisa, foram utilizados procedimentos metodológicos que visaram compreender as diferentes realidades e inter-relações dos indivíduos ao longo de suas trajetórias.

De acordo com a metodologia apresentada, tais técnicas e instrumentos de análise documentais estão alicerçadas pela opção metodológica da Formação Econômica e Social (F.E.S.), com estímulo ao estudo das especificidades, particularidades e potencialidades, referentes aos aspectos históricos, culturais, econômicos, sociais, ambientais, geográficos e políticos na construção de sua territorialidade, elaborado por Milton Santos (1979).

Formação Econômica e Social (F.E.S.) do território missionário

O artigo utiliza o marco teórico da Formação Econômica e Social (F.E.S.) elaborada por Milton Santos, na década de 1970, para tratar da emergência da Região das Missões, bem como entender seus aspectos históricos, geográficos, sociais, políticos e culturais que determinaram, e ainda determinam, a sua territorialidade.

Para Santos (1976, p. 81), “o espaço humano deve ser interpretado como um fato histórico, pois somente a história da sociedade mundial aliada à sociedade local pode servir como fundamento a compreensão da realidade espacial”. Não há a possibilidade de existir uma sociedade a-espacial, ela permite sua transformação pelo

homem, de acordo com suas distintas particularidades. A partir desta perspectiva, engendra-se a categoria de Formação Econômica e Social.

Dentro de uma categoria que considera a estrutura e a sua superestrutura, tal conceito articula-se com o regime de acumulação capitalista atual e as respectivas tensões entre o local e o global sobre os territórios.

Esta categoria diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais frequentemente lhes provém o impulso. A base mesma da explicação é a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo ou sociedade se confronta (Santos, 1976, p. 81-82).

De acordo com Santos (1976, p. 83), tal “categoria expressa a unidade e a totalidade das diversas esferas – econômica, social, política, cultural – da vida de uma sociedade, daí a unidade da continuidade e da descontinuidade de seu desenvolvimento histórico”.

Nesta perspectiva, “não há uma sociedade em geral, mas que uma sociedade existe sempre sob o invólucro histórico determinado” (Santos, 1976, p. 84).

O interesse dos estudos sobre as formações econômicas e sociais está na possibilidade que eles oferecem de permitir o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações, mas sempre um conhecimento específico, apreendido num dado momento de sua evolução. O estudo genético permite reconhecer, a partir de sua filiação, as similaridades entre F.E.S.; mas isso não é suficiente. É preciso definir a especificidade de cada formação, o que a distingue das outras, e, no interior da F.E.S., a apreensão do particular como uma cisão do todo, um momento do todo, assim como o todo reproduzido numa de suas frações (Santos, 1976, p. 84).

Santos (1976, p. 84) destaca que “nenhuma sociedade tem funções permanentes, nem um nível de forças produtivas fixo, nenhuma é marcada por forças definitivas de propriedade, de relações sociais”. As F.E.S. não podem – e também não devem – ser compreendidas isoladamente, como um ambiente dado. Elas devem estar relacionadas considerando a perspectiva de um movimento totalizador (no caso, o regime de acumulação ou a ordem internacional), no qual todas as suas partículas e subpartículas evoluem juntas, submetidas à lei do todo.

“A sociedade evolui sistematicamente, como um organismo social coerente cujas leis sistêmicas são as leis supremas, a medida-padrão para todas as outras regularidades mais específicas” (Santos, 1976, p. 85).

A noção de F.E.S. como etapas de um processo histórico, é um dos elementos fundamentais de sua caracterização. O desenvolvimento da formação econômica da sociedade é assimilável a marcha da natureza e de sua história. É necessário estabelecer uma distinção entre modo de produção e formação social. O modo de produção seria o gênero cujas formações sociais seriam as espécies (exemplo de espécie a formação social subdesenvolvida da América Latina); o modo de produção seria apenas uma possibilidade de realização, e somente a formação econômica e social seria a possibilidade realizada (Santos, 1976, p. 85).

Para Santos (1976, p. 86), “o modo de produção, formação social e espaço – são três categorias interdependentes. Todos os processos [...] são histórica e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isto através de uma formação social”.

Deste modo, a diferença entre determinados territórios é propiciada por diferentes modos de produção particulares, estes engendrados com suas características históricas, sociais, geográficas e culturais. Para tanto, a distinção destes territórios é exposta pelos níveis de apropriação e interação (qualitativos e quantitativos) em relação ao modo de produção e de como estes aspectos se combinam. Considera-se que, “assim, a organização local da sociedade e do espaço reproduz a ordem internacional” (Santos, 1976, p. 87).

Os modos de produção escrevem a história no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço. [...] Tomada individualmente, cada forma geográfica é representativa de um modo de produção ou de um de seus momentos. A história dos modos de produção é também, e sob este aspecto preciso, a história da sucessão das formas criadas a seu serviço. A história da formação social é aquela a superposição de formas criadas pela sucessão de modos de produção, da sua complexificação sobre seu território espacial (SANTOS, 1976, p. 87-88).

Ainda em relação às dotações de um território, é preciso acrescentar que “os atributos não-naturais são permanentes e transformam o trabalho do homem em uma espécie de atributo natural de um lugar” (Santos, 1976, p. 89). Assim, cada combinação proveniente de suas formas espaciais e de suas qualidades técnicas representam um atributo produtivo de um território, sua potencialidade e também sua restrição.

Segundo Santos (1976, p. 89), “a função da forma espacial depende da redistribuição, a cada momento histórico, sobre o espaço total da totalidade das funções que uma formação social é chamada a realizar”. Para tal, esta redistribuição deve-se ao processo histórico e ao período atual, representado pelas diferentes fases e ações sobre o território como resultado do modo de produção vigente.

Nesse sentido, o dado global - que é o conjunto de relações que caracterizam uma dada sociedade - tem um significado particular para cada lugar, mas este significado não pode ser apreendido senão ao nível da totalidade (Santos, 1976, p. 91).

O espaço reproduz a totalidade social, na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos (Santos, 1976, p. 89).

Assim, apresentam-se nas próximas subseções, de acordo com os argumentos da formação econômica e social do território missionário, as particularidades e especificidades históricas, sociais, econômicas, geográficas e políticas e, suas combinações e conexões com os modos de produção, que sucederam e que, atualmente, moldam a Região das Missões.

A emergência missionária e suas bases históricas

Esta subseção trata das bases sociais e econômicas – em relação a sua evolução ao longo do tempo – que determinaram distintas trajetórias e apropriações do território missionário.

A região das Missões “pode ser vista como uma construção social histórica, em grande medida, no sentido de significado e representação [...] A ação dos indivíduos e as relações de poder conferiram determinada materialidade e simbologia” ao território missionário (Martins, 2014, p. 61). Assim, o território é marcado pela ação dos agentes e suas diferentes formas de poder, bem como suas interações e reações no espaço e no tempo.

Considerando-se a trajetória histórica e cultural de desenvolvimento das Missões, busca-se a interpretação da formação territorial, bem como seus

transbordamentos produzidos nas formas de organização do trabalho, da produção e de seus padrões sociais e econômicos de desenvolvimento ao longo do tempo.

Para tanto, apresenta-se uma breve revisão de literatura acerca dos aspectos relevantes da formação econômica e social da Região das Missões. Dessa forma, as obras referenciadas e discutidas a seguir são: Bruxel (1961), Lazzarotto (1996), Flores (1997), Santos (1997), Simonian (1997), Zarth (1997), Rota (1999), Niederle e Wesz Junior (2009), Sausen e Oliveira (2013), Martins (2014), Polacinski *et al.* (2014) e COREDE Missões (2017).

De acordo com Flores (1997, p. 222), “no imaginário popular, o espaço físico das reduções jesuíticas é formado pelo território dos 30 povos, abrangendo Paraguai, Argentina, sul de Mato Grosso, Oeste do Paraná, Rio Grande do Sul e parte da República do Uruguai”.

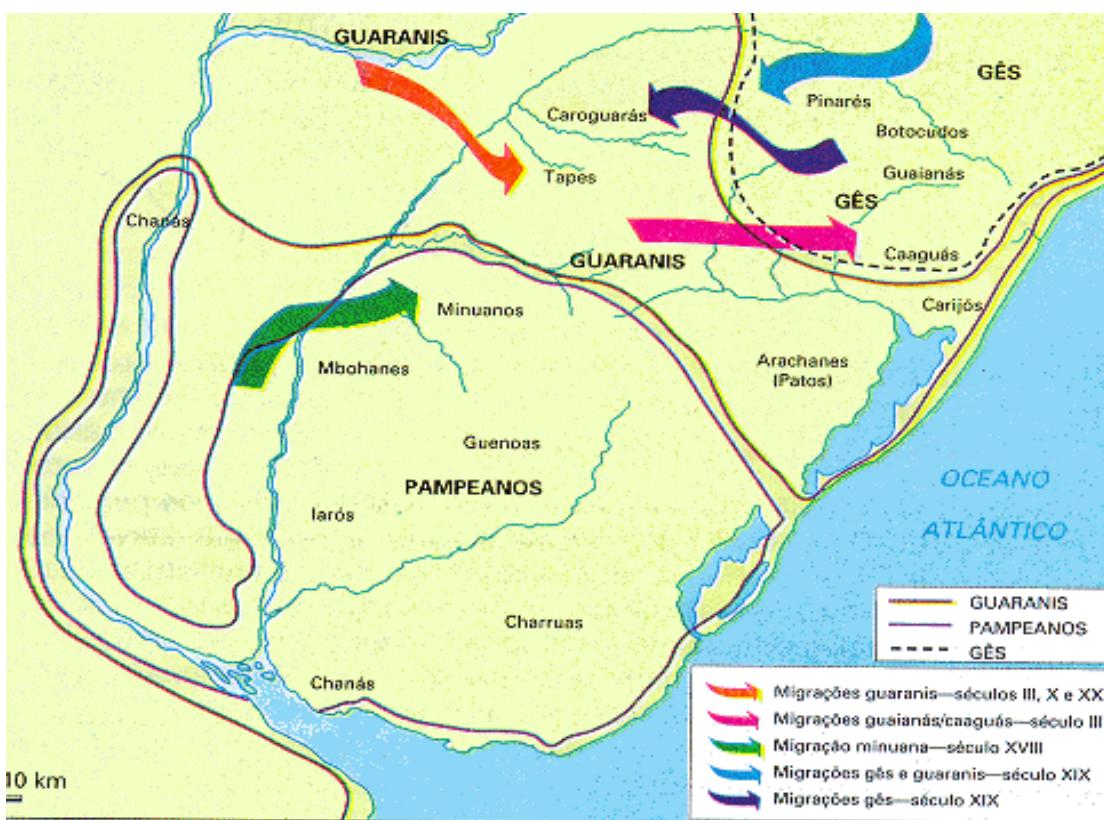
No entanto o espaço missionário variou ao longo do tempo histórico, apresentando descontinuidade, ampliando ou recuando fronteiras, abandonando regiões, desbravando novas áreas, alterando a própria paisagem numa história de longa duração, em correlação com a sociedade missionária (Flores, 1997, p. 222).

Em um período ainda primitivo, o território do Rio Grande do Sul era ocupado por indígenas de diferentes origens/tribos. Três grupos indígenas dominavam os campos gaúchos: a) Gê ou Tapuia: ocupavam a região de cima da serra, que é caracterizada como uma região rica em araucárias; b) Pampeano (Charrua, Minuano, Guenoa...): ocupavam o pampa gaúcho e uruguai, caracterizados por serem um povo coletor, posteriormente transformando-se em atividades de pastoreio, quando da introdução do gado europeu em seus campos, e; c) Guarani: ocupavam o litoral, as margens da Lagoa dos Patos e do rio Guaíba e, também, as proximidades dos grandes rios Uruguai, Paraná, Jacuí e Ibicuí, chamados de tapes. Os índios Guarani dominaram, inclusive, a parte central e setentrional do Estado, entre os rios Uruguai e Paraná, bem como a parte sul da margem direita do rio da Prata e o curso inferior do rio Paraná (Lazzarotto, 1996).

Portanto, os índios Guarani ocupavam os Sete Povos das Missões, onde hoje repousa a Região das Missões. Conforme Lazzarotto (1996), havia entre os Guarani, três subgrupos principais: os *Tapes* (indígenas missionários dos Sete Povos), que

ocupavam as margens dos rios ao oeste do atual território do Rio grande do Sul e o centro da bacia do rio Jacuí; os *Arachanes* ou patos, que viviam às margens do rio Guaíba e na parte ocidental da Lagoa dos Patos; e, os *Carijós*, que habitavam o litoral. O tupi-guarani era o tronco linguístico comum a esses grupos indígenas que habitavam a região.

Figura 01- Ocupação Indígena do Rio Grande do Sul



Fonte: http://www.paginadogaucho.com.br/sites/default/img/indi_mapa.gif

Nos anos 1500, a base econômica era caracterizada por estar imbricada em um sistema econômico mercantil, no qual as grandes navegações e a posse de colônias era o estímulo para o crescimento da riqueza das nações. “As grandes navegações dos séculos XV e XVI visavam fundamentalmente encontrar novos caminhos de acesso às especiarias e a novas fontes de produtos que interessavam a burguesia mercantil europeia” (Lazzarotto, 1996, p. 07).

O processo foi iniciado em 1415, por Portugal, e estiveram voltadas às Índias Orientais, com o fornecimento para a sociedade burguesa portuguesa de produtos como o açúcar, o ouro, a madeira, o marfim e as especiarias (chás, temperos, tecidos...). Em 1500, Portugal “descobriu” o Brasil, mas efetivamente o comércio ainda estava voltado às especiarias das Índias Orientais. Além disso, o Brasil não fornecia produtos comerciais atrativos à sociedade burguesa europeia.

O Ouro e a prata comandaram quase todo o seu interesse nas Américas; as regiões periféricas abasteciam com alimentos e bestas as regiões de mineração (foi o caso da Bacia do Prata, que fornecia erva-mate e muares para as minas do Peru) (Lazzarotto, 1996, p. 07).

Somente após a década de 1530 foi que houve um interesse maior pelo Novo Mundo, proporcionado por uma redução da lucratividade das especiarias indianas (devido à lógica de oferta e demanda – estagnação do lucro pela oferta em expansão e o aumento da concorrência). Acentuou-se, a partir desse momento, a estratégia de ocupação do território. No entanto, a ocupação só faria sentido “se atendesse os interesses comerciais” da metrópole (Lazzarotto, 1996, p. 07). Assim, os esforços concentraram-se na introdução do cultivo de cana-de-açúcar, isso devido à demanda mundial por esta mercadoria.

Em tal contexto de comercialização foi estabelecendo princípios comuns, conhecido por mercantilismo. O mercantilismo teve como premissas básicas: a) o ouro e a prata como indicadores da riqueza das nações; b) saldo positivo da balança comercial, através das trocas comerciais com o resto do mundo; c) as colônias deveriam fornecer matérias-primas e comprar manufaturas; e, d) as colônias deveriam sempre estar subordinadas ao controle da metrópole (monopólio nacional). Com isso, o objetivo era obter, necessariamente, o máximo possível de lucros, advindos das trocas comerciais com o resto do mundo. Convém salientar que o Brasil, e por consequência a Região das Missões, era um território explorado por uma metrópole, em um contexto de sistema colonial de produção, no caso, uma colônia espanhola.

Para Simonian (1997, p. 82), “no tempo colonial o projeto dos missionários católicos nas Américas orientou-se pelo paradigma centrado no padroado, [...] o qual sustentou as políticas e as ações *expropriatórias* em relação as terras indígenas”.

Particularmente na América espanhola, colonos e missionários recebiam “mercês da terra” da coroa, onde estes últimos implantavam os núcleos básicos de suas operações (Gadelha, pp. 135-137) (Simonian, 1997, p. 82).

Conforme Lazzarotto (1996, p. 08), “no final da Idade Média a Europa Ocidental continuava dominada pela ideologia religiosa, o cristianismo dominava as mentalidades. A maior crise da cristandade dava-se justamente no momento das grandes descobertas”. Além disso, emergia, a partir da reforma protestante⁸, a noção e a aliança do individualismo econômico no campo religioso.

Espanha e Portugal estavam terminando de, em nome de Cristo, libertar o seu território que séculos antes havia sido conquistado em nome de Alá. Urgia agora conquistar o mundo para Cristo. Não haveria justificativa que pudesse ser melhor aceita: o interesse econômico ficava disfarçado; o conquistador era um missionário que, mesmo morrendo, teria o céu como recompensa. O infiel devia ser submetido mesmo pela força; seu trabalho podia ser usado em retribuição a salvação da alma que lhe era proporcionada: assim a *encomienda* e a escravidão eram justificadas. É importante notar que praticamente todos pensavam assim; eram ideias sacramentadas pelo consenso e pelo apoio da Igreja. Não havia modelos de análise social, e por isso era impossível que surgisse alguma contestação (Lazzarotto, 1996, p. 08).

Conforme Flores (1997, p. 223), “a região missionária não formava um mundo à parte, estava inserida no sistema colonial espanhol, mergulhada numa evangelização que tinha como objetivo civilizar o índio”.

Não é possível elaborar a história das reduções jesuíticas sem conhecer o sistema de conquista e de povoamento das coroas espanhola e portuguesa, bem como suas inter-relações com a sociedade indígena. Essas inter-relações variavam no tempo histórico. As reduções jesuíticas não eram apenas a região das missões de índios guaranis, no primeiro momento. De 1609 a 1750, as reduções formavam uma sociedade índia dentro de valores culturais europeus, determinados pela teologia moral cristã. Era também a fronteira da civilização. Para a coroa espanhola a principal função das reduções era de manter o território, caracterizando o princípio de *uti possidetis*. Tratados como súditos do rei, pagavam impostos, prestavam serviço de milícia e de construção de obras públicas. Doutrinar os índios significava colocá-los a serviço de Deus e do rei (Flores, 1997, p. 223).

No contexto missionário, no processo e colonização, os índios foram escravizados pelos missionários que, neste caso, eram os jesuítas. No entanto, este processo da *encomienda*⁹ sobre os índios, ou de escravidão, constituiu-se como um

⁸ Tinha como premissas a fé pessoal de cada indivíduo, a livre interpretação da Bíblia, bem como a predestinação de cada indivíduo.

⁹ Processo escravocrata sobre os povos autóctones, ou seja, os indígenas, o qual era legitimado pelo poder da Igreja, como instrumento de salvação da alma dos infieis.

mecanismo de dominação, exploração e, em certos casos, de extermínio de etnias e povos autóctones.

[...] o envolvimento de missionários na questão das terras indígenas da área do atual estado do Rio Grande do Sul ocorreu dominantemente enquanto agente expropriador. Eles se apropriaram de áreas para a sua instalação, embora não raramente a sua permanência em terras indígenas tenha sido temporária. Mas políticas e ações missionárias que facilitavam a expropriação também foram implementadas (Simonian, 1997, p. 85).

Desse modo, para Lazzarotto (1996, p. 09), “o impacto da ação colonial sobre etnias e culturas se diferenciou de acordo com as maneiras diferentes com que a população nativa foi incorporada a produção colonial”. Para tanto, não se havendo produtos comercializáveis, em um primeiro momento, introduziu-se a produção de cana de açúcar e de algodão, e um modelo de produção que primava pela constituição de latifúndios, que era captador de escravos, utilizados como mão de obra. Na Região das Missões, inclusive, houve desculturações, aculturações, miscigenação e extermínios, com isso, produzindo como resultado um “povo novo”.

[...] o trabalho jesuítico nos trinta povos foi o que de melhor poderia ser feito, no contexto colonial a favor dos índios, em toda a América. Reitero que os jesuítas nunca poderiam agir contra os interesses metropolitanos. Aliás, disso foram acusados quando de sua expulsão. Também nunca poderiam deixar de catequizar, impor a sua crença e acatar as decisões da Metrópole. Mas, por outra parte guardaram a língua dos guaranis, seu trabalho coletivo (o abanbae só foi introduzido por pressão colonial) o cacicado, a idade do casamento, a casa (ao menos a casa semi-coletiva), o nome dos seus deuses (agora cristianizados), e até, pelos menos em parte, o seu culto, que se realizava com danças e cantos. Sabe-se também que os Sete Povos foram idealizados para libertar os índios das *encomiendas*. A terra era propriedade do povo e nela produzia-se a própria subsistência (LAZZAROTTO, 1996, p. 10).

Faz-se sentido relatar como os Sete Povos das Missões se estruturaram e se organizaram quanto a sua fundação. Eles eram formados pelas reduções de São Nicolau, de São Francisco Borja, de São Luiz Gonzaga, de São Miguel Arcanjo, de São Lourenço Mártir, de São João Batista e de Santo Ângelo Custódio.

Lazzarotto (1996, p. 19) argumenta que as reduções jesuíticas missionárias “não se localizavam precipitada ou desordenadamente. Índios liderados pelos

missionários se antecediam, escolhendo cuidadosamente o lugar: alto de uma coxilha, com boas terras cultiváveis e água abundante". Elas deveriam localizar-se a uma distância equivalente a vinte e cinco quilômetros ou um dia de caminhada.

Da torre da igreja se via a igreja do povo vizinho, o que facilitava a comunicação por sinais convencionais em caso de perigo e necessidade de socorro mútuo. Escolhido o lugar, vinham os homens (sempre auxiliados pelos demais povos), construíam as casas (de madeira e palha, no início), plantavam as primeiras lavouras, e quando essas começassem a produzir, chegava toda a população que daria início ao povo (SEPP, 1980, p. 222) (Lazzarotto, 1996, p. 19).

A primeira redução dos Sete Povos das Missões foi a de São Francisco de Borja (atual município de São Borja), em 1682. Posteriormente, foram fundadas as reduções de São Nicolau, São Miguel Arcanjo e de São Luiz Gonzaga, em 1687, São Lourenço de Mártir, em 1690, e, São João Batista, em 1697. E, por fim, Santo Ângelo Custódio, em 1707 (atual município de Santo Ângelo, denominada capital das Missões).

Nesta perspectiva, aprofundam-se as especificidades e particularidades que atraíam a atenção de outros povos em relação ao desenvolvimento do território missionário. Para isto, deve-se elencar os aspectos relativos às atividades econômicas que prestavam suporte a sua manutenção, sobrevivência e reprodução no território.

Historicamente, a Região das Missões, conforme Lazzarotto (1996), sempre foi acometida por período de seca ou de estiagem prolongada, de mesma forma, também sofria com revezes em relação ao período de fortes chuvas e enxurradas. Sendo assim, propiciava um ambiente de alta instabilidade, pois, muitas vezes, a alimentação se tornava escassa. E o índio, sem ter acesso à alimentação proveniente do seu regular cultivo, enfrentava a fome, e por vezes, então, era incentivado a fugir para florestas ou rios mais distantes, esquecidos dos hábitos e costumes sociais, morais e éticos aos quais estavam submetidos. Tal quadro tornara a agricultura uma atividade bastante volátil e com uma alta suscetibilidade a intempéries climáticas, frequentemente enfrentadas no território.

Para tanto, de modo a superar tal entrave, "como solução pensou-se em introduzir o gado, já que o ambiente era extremamente propício: as colinas cobriam-se por capim "que poderia cobrir uma rês"¹⁰" (Lazzarotto, 1996, p. 15).

¹⁰ Qualquer animal quadrúpede que se abate para a alimentação do homem – "boi pequeno".

Para Santos (1997), além da atividade agrícola da erva-mate, também se desenvolveu a atividade pecuarista. Ambas foram o sustentáculo socioeconômico da terra missioneira. Os padres jesuítas iniciaram a sua missionarização dos Guaranis dos Tapes e, então, observaram que as pradarias da região serviam para o desenvolvimento da atividade pecuarista.

Assim, os esforços foram direcionados para a aquisição de gado, ou seja, a introdução do gado na região. Além do couro e do sebo, que eram comercializáveis, utilizava-se para a alimentação (carne) e para dar suporte à atividade agrícola (lavouras de milho, de trigo e hortas...). O gado introduzido¹¹ era proveniente da Argentina, dos campos da Província de Corrientes, onde haviam estâncias em que se criava um gado proveniente de uma mistura de cabeças provindas do Peru.

Em 1634 dirigiram-se a Corrientes os padres Cristóvão de Mendonça e Pedro Romero que, empenhando até as alfaias dos altares, compraram do fazendeiro português Manuel Cabral Alpoim 1500 vacas e vários touros, introduzindo-os com imenso esforço no Rio Grande do Sul. Essas foram distribuídas em número de 99 em cada redução. [...] as reduções, pela reconhecida importância do gado, trataram cada qual de aumentar o seu rebanho, introduzindo também cavalos. [...] a ideia não poderia ser mais feliz, pois as tarefas da criação, além de encontrarem um ambiente admirável, correspondiam a índole do tape, que não se adaptava facilmente a um trabalho sistemático como o agrícola, mas lhe era um prazer pontear uma tropa montado num fogoso cavalo (Lazzarotto, 1996, p. 15).

Conforme os campos de pastagens, a redução podia receber maior ou menor número de cabeças de gado (Santos, 1997). Os índios, sob comando dos padres jesuítas, eram instruídos para controlar as manadas e para buscar novas levas de gado em Corrientes. Estima-se que ao menos quinze mil cabeças foram alçadas dos campos argentinos para as reduções. Por outro lado, de acordo com Lazzarotto (1996, p. 16), “os índios eram proibidos de se aproveitarem dessas reservas, até serem consideradas grandes”.

Desse modo, o gado missionário foi a base inicial de todas as estâncias no Rio Grande do Sul. No entanto, em 1636, os bandeirantes atraídos pela mão de obra dos índios, pelo couro e pelo sebo produzido na região missioneira, entram em conflito e dizimam boa parte das reduções e da população indígena. No entanto, “parte desse gado, que por acaso escapou, começou a criar-se solto – “chimarrão” – e de mistura com uma manada provenientes do Sul [...] vai povoando aos poucos os pampas” (Lazzarotto, 1996, p. 16).

Devido a ação escravista dos bandeirantes paulistas entre 1636 a 1641 que assolou as reduções do Tape, os Guaranis reduzidos se viram obrigados a

¹¹ Descendentes das “sete vacas e um touro” contrabandeadas de São Vicente para Assunção, em 1555 (Lazzarotto, 1996, p. 15).

transmigrar para a margem ocidental do rio Uruguai e tiveram de deixar na área circundada pelos rios Ibicuí e Quaraí, centenas de cabeças de gado (Santos, 1997, p. 131).

De acordo com Santos (1997), os rebanhos foram abandonados na região do Pampa, reproduzindo-se sem qualquer domesticação. Essa reserva que se consolidou era conhecida como as Vacarias do Mar (alusão ao *Mar del Plata*). Estimase que no final do século XVII já havia mais de um milhão de reses selvagens. No entanto, um dos grandes problemas para o desenvolvimento da pecuária no território missionário foram as constantes disputas e lutas por território (por portugueses e espanhóis), em fase de exploração econômica das Vacarias e da expansão rumo ao Prata.

Desse modo, com o potencial econômico proveniente principalmente do couro e do sebo para exportação, a exploração e dizimação da atividade pecuarista por portugueses e espanhóis fez com que padres e índios começassem a estabelecer, como alternativa a essa deturpação, outro sistema de criação, denominado de estâncias. Algumas estâncias chegaram a ter entre trinta e quarenta mil quilômetros quadrados, com pequenas aldeias de estancieiros, chamados também de posteiros (Bruxel, 1961).

[...] a estância de criação de gado apresentou-se como uma necessidade imposta pelas vicissitudes da experiência missionária. Havia um desafio irremediável a que urgia uma resposta: a dizimação do gado e a sua manutenção a terra, pois afinal, junto com a erva-mate, o gado tornava a terra produtiva e isso valorizava-a. A resposta encontrada foi dividir o gado em grandes estâncias comunitárias que pertenciam a todos os índios reduzidos do povoado. [...] As estâncias foram pulverizadas nas terras percorridas anteriormente por minuanos e charruas (Santos, 1997, p. 132).

É importante salientar que esta atividade pecuarista auxiliou no desenvolvimento socioeconômico da região, contribuindo não apenas para alimentação, “mas também dinamizava os transportes e puxava o arado, bem como abria possibilidades de ofertar produtos oriundos do gado no mercado interno colonial do Prata” (Santos, 1997, p. 132). As limitações geográficas das estâncias eram demarcadas por arroios, rios, banhados, florestas e encostas das serras. E as estâncias, que estavam em algum local aberto, eram vedadas por valas com

plantação de espinheiros, para evitar a fuga dos animais e também para dificultar o saque do rebanho.

No entanto, o desenvolvimento da pecuária não se sucedeu de forma linear, sendo marcado através de disputas por território, por mão de obra escrava indígena e também por gado (couro e sebo). Após 1636,

Quarenta anos haviam passado no exílio os índios fugidos dos bandeirantes e no Rio Grande do Sul o gado estava se multiplicando prodigiosamente. Os índios o consideravam propriedade sua. Quando esse gado começou a ser explorado por espanhóis e portugueses, depois do cerco da Colônia do Sacramento, em 1680, os tapes, que ainda sofriam a “saudade da pátria”, decidiram o retorno, fato que se reforçou com a fundação portuguesa da cidade de Laguna, em 1686. (Lazzarotto, 1996, p. 19)

A partir da fundação de Laguna, começou a se tornar viável o estabelecimento de uma rota de comércio de gado pelo litoral. Com esse fato, criou-se a atração dos índios novamente para o território e foi um dos pontos principais para a, também, fundação e consolidação dos Sete Povos das Missões.

[...] ainda em 1709 os povos “com muito trabalho e força de braço e machado, abriram caminho em matos muito espessos, para passar os primeiros gados” (Duarte, 1944:192), transpondo de oitenta a cem mil cabeças para a “Bacaria de los Piñares”, donde nos vem o nome da atual cidade de Vacaria. Daí também era proibido retirar o gado, até que a reserva lhes fosse suficiente para o sustento normal, [...] na época o couro e o sebo eram grandemente procurados no comércio internacional e a carne, para a alimentação, nas zonas de mineração, obrigando os povos a concentrarem as estâncias nas periferias das reduções (Lazzarotto, 1996, p. 17).

Assim, a base econômica regional estava pautada, na época dos Sete Povos das Missões, na exportação de erva-mate, no couro e no sebo, provenientes da atividade primitiva da bovinocultura no território (Lazzarotto, 1996). Tais atividades propiciaram, guardadas as proporções, certos lucros, pois permitiam que os índios tivessem as melhores casas populares das Américas, além de lhes garantir alimento, de modo a reduzir a incerteza do amanhã para si e seus sucessores.

De acordo com Lazzarotto (1996, p. 10), “isso lhes dava até motivação para a vida e um sentimento étnico” e cultural de pertencimento e legitimação para com o seu território. No entanto, após 1750, a cobiça colonial lançou seus olhos ávidos sobre os campos e o gado missionário, então, organizando-se para a dizimação das

reduções (povos indígenas) e a expulsão dos jesuítas. Isso culminou com a expropriação dos indígenas do território missionário, ou seja, da Região dos Sete Povos das Missões.

Dessa forma, “sem qualquer apoio e enfraquecidos em face da redução demográfica e do crescente empobrecimento, esses indígenas já não conseguiam resistir a expropriação e aos demais desmandos que lhe estavam sendo impostos” (Simonian, 1997, p. 86-87).

Note-se que toda essa destruição se processou sob os olhares complacentes das autoridades de Assunção e Buenos Aires e da maioria dos colonos espanhóis que não aceitavam a existência de comunidades indígenas livres, na esperança de que, destruída a proteção legal das reduções, eles mesmos pudessem aproveitar-se dos índios que sobrassem (Lazzarotto, 1996, p. 14).

Na próxima seção, é apresentada uma breve periodização dos diferentes períodos históricos, os quais são responsáveis por delinear o território missionário.

Trajetórias e dinâmicas de desenvolvimento da região do COREDE Missões/RS

Segundo Sausen e Oliveira (2013), há três períodos históricos que devem ser destacados (ver Quadro 01): I) Projeto Jesuítico Guarani (1626/1768); II) Processo de Abandono e Dependência (1768/1966) e; III) Herança Histórica e Cultural (1966/2011). “Tais períodos correspondem às fases de tensão e construção territorial da região missionária, que assinalam uma temporalidade de aproximadamente 400 anos” (COREDE MISSÕES, 2017, p. 47).

Quadro 01- Região das Missões/RS

Período	Fatos Históricos
Projeto Jesuítico Guarani (1626/1768)	Fundação dos Sete Povos das Missões ¹² ; lutas por territórios (bandeirantes <i>versus</i> jesuítas/povos Guaranis); fim do Projeto Jesuítico Guarani, em 1768.
Processo de Abandono e Dependência (1768/1966)	Divide-se em dois períodos: I - Ocupação Espanhola e Portuguesa (conflitos por território); consolidação da relação de dependência (período colonial); II – Estratégia Nacional de Povoamento (ocupação e colonização) – imigrantes europeus.
Herança Histórica e Cultural (1966/2020)	Revolução Verde (início do ciclo da soja); emancipações municipais.

Fonte: adaptado de Sausen e Oliveira (2013).

¹² Em 1682: São Francisco de Borja, São Nicolau, São Luiz Gonzaga, São Miguel Arcanjo, São Lourenço Mártir, São João Batista e Santo Ângelo.

Considerando estes “três períodos, há uma associação de eventos que construíram e delimitaram o território da Região das Missões” (COREDE MISSÕES, 2017, p. 47).

Ainda dentro deste primeiro período, identificado por Sausen e Oliveira (2013), em 1634, a criação de gado é introduzida na região junto às reduções jesuíticas. Sob a luz desse fato, conforme Polacinski *et al.* (2014), a pecuária de corte teve grande relevância no desenvolvimento da região missionária, originando-se, além disso, transbordamentos na composição da cultura e da tradição – “*jeito de ser*” – do Estado do Rio Grande do Sul.

O segundo período histórico é caracterizado por grandes tensionamentos. Isto, marcado por disputas territoriais entre espanhóis e portugueses, na busca da apropriação de recursos econômicos provenientes deste território (Zarth, 1999).

De acordo com Zarth (1997), no período pós-reduções jesuíticas, há uma predominância do domínio português sobre o território missionário, e estímulo/incentivo à atração de estancieiros. Tal ação sobre o território acabou por, consequentemente, criar/construir um modelo de sociedade dual, com a existência e consolidação das estâncias e da atividade extrativa, que se estabeleceram em uma arena de poder e de tensões.

Ao interpretar este modelo dual, que era controlado pelos estancieiros, origina-se um redesenho da sociedade regional, que acabou por provocar repercussões sobre o desenvolvimento e a dinâmica econômica atual do território missionário (ROTA, 1999).

Corroborando com a análise de Zarth (1997) e Rota (1999), Polacinski *et. al* (2014) identifica que, dentro deste segundo período histórico, proposto por Sausen e Oliveira (2013), em um primeiro momento, predominou a cultura de disputas por ocupação de terras devolutas. E, o segundo momento, é marcado pela chegada dos imigrantes europeus, através de uma política nacional de ocupação e colonização, que gerou uma transformação sociocultural do território missionário.

Esse contexto contribuiu para que viessem a predominar, na macrorregião de fronteira do Brasil com a Argentina e o Uruguai, especialmente nas Missões/RS, as médias e grandes propriedades, que exploraram a pecuária de corte, o cultivo de arroz e atualmente o da soja. Associado às diferenças quanto à estrutura fundiária, esse fato contribuiu para definir um contraste marcante dessa região com as demais do Estado, nas quais predominou, desde o início, a colonização europeia. Em grande parte, os entraves principais estão associados às características da base econômica, ligadas a atividades pouco dinâmicas e de pequeno potencial para a criação de empregos diretos e indiretos, como é o caso da pecuária extensiva (Polacinski *et al.*, 2014, p. 51-52).

Desse modo, a Região das Missões passa por uma redefinição do território, principalmente no que tange aos aspectos relativos à sua estrutura fundiária. A região, historicamente caracterizada por grandes propriedades rurais (estâncias), no século XIX, transforma-se socioculturalmente com a gradativa entrada de colonizadores europeus (colônias¹³), no início do século XX. “Boa parte das áreas foi dividida em colônias, iniciando um novo modelo a partir da agricultura familiar” (Polacinski *et al.*, 2014, p. 35).

Para Polacinski *et al.* (2014, p. 35), “as estâncias, as charqueadas, o tropeirismo e a economia hegemônica até a entrada final dos europeus, resultaram nas diversas colônias do Estado gaúcho, e na territorialização da Região das Missões”.

E no último período, o de herança histórica e cultural, evidencia-se que o território passa a se integrar de maneira mais íntima ao processo global de produção. Em um primeiro momento, entre as décadas de 1940 e 1960, de acordo com Niederle e Wesz Júnior (2009), houve uma conjunção de fatores que impediram o desenvolvimento do processo produtivo regional. Tais fatores incidiam diretamente na produtividade, por dificuldades de manejo do solo e das técnicas produtivas empregadas – principalmente em relação à produção de grãos – além da desvalorização dos preços das *commodities* e, um fracionamento das propriedades rurais, no que tange aspectos relativos à sua estrutura fundiária.

Em um momento posterior, em meados da década de 1970, há a introdução do cultivo de trigo e de soja na região, este segundo amplamente voltado ao mercado

¹³ As colônias representavam a área relativa que cada imigrante recebia do Estado no processo de ocupação e colonização da região. Uma colônia era equivalente a 25 hectares de terra.

externo. Esta década foi marcada pela Revolução Verde¹⁴, que foi um processo de modernização e especialização da agricultura nacional.

Na Região das Missões, esse período também é caracterizado pela especialização no binômio “trigo-soja” e por uma integração crescente dos agricultores a empresas agroindustriais, bancos e cooperativas. Essas e outras mudanças consolidaram uma dinâmica de desenvolvimento agroexportador amplamente dependente do desempenho de cultivos de alto valor comercial nos mercados internacionais de *commodities* agrícolas. Além disto, reproduziu-se uma situação de intensa externalização das unidades de produção, significando um aumento expressivo da dependência a recursos externos à unidade produtiva, e resultando em gradativa perda do controle por parte dos agricultores sobre a base de recursos necessária à sua reprodução econômica, social e cultural (Niederle, Wesz Junior, 2009, p. 79).

Para Ploeg (2006), este processo pode ser identificado como um movimento commoditização da produção. Se por um lado, houve uma maior especialização e produtividade na produção – de grãos, principalmente – por outro, tal processo de modernização provocou reflexos negativos para os produtores, como em sua sustentabilidade econômica e social, no que tange aos aspectos da reprodução da agricultura familiar. Esse movimento de commoditização resultou em um aprofundamento da relação de dependência dos produtores junto ao modelo globalizante de produção do atual sistema econômico.

Niederle e Wesz Junior (2009, p. 80) argumentam que a “[...] realidade vivenciada foi capaz de gerar substanciais incrementos de produtividade”. Porém, na realidade contemporânea, este modelo commoditizador (que em sua essência é caracterizado por ser homogeneizador, concentrador e excludente) está demonstrando sinais de crise. Isso personificado pela fragilização econômica e social dos produtores rurais, tipicamente familiares.

Importante destacar que, apesar deste processo evidenciado de aprofundamento do movimento de commoditização da produção, este é o principal fator gerador de renda regional, bem como sua vocação e dotação está atrelada à produção agropecuária, inserido no modelo globalizante. Para Niederle e Wesz Júnior (2014), a produção de grãos é o sistema de cultivo mais frequente, além da pecuária de corte e leiteira, que apresentam algumas estratégias de agroindustrialização¹⁵, integradas com o desenvolvimento das culturas regionais.

¹⁴ Política de Estado nos anos 1970, visando à modernização da agricultura (avanços tecnológicos e inversão de recursos) e o aumento da produtividade (Niederle, Wesz Junior, 2009, p. 79).

¹⁵ “A agroindustrialização constitui uma importante fonte de renda para as famílias rurais valorizando práticas e normas sociais, históricas, culturais, políticas, éticas e ambientais dos agricultores familiares” (Polacinski et al., 2014, p. 37).

De acordo com o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável (PTDRS) do território das Missões, elaborado pelo Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER/Missões) em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento territorial (SDT) e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no ano de 2006, evidenciou que esta nova estrutura, está baseada em parte na agricultura familiar (pequenas propriedades), e na agropecuária extensiva (médias e grandes propriedades), sendo distribuída da seguinte forma no território missionário: concentração de propriedades oriundas da agricultura familiar (diversificação de produção) na região centro, leste e norte do COREDE Missões e concentração de atividades agropecuárias extensivas (pecuária de corte e produção de grãos) no sul e sudoeste da região (COREDE MISSÕES, 2017, p. 49).

Desse modo, para o COREDE Missões (2017, p. 56), “tais atividades produtivas desempenham um papel preponderante no desenvolvimento regional, considerando as suas trajetórias, sobretudo no setor agropecuário”.

Salienta-se, ainda, que “a região é caracterizada por ser detentora de uma grande heterogeneidade cultural devido a sua colonização” (COREDE MISSÕES, 2017, p. 63). No início do século XIX, houve a chegada dos imigrantes, oriundos de várias nações europeias, pelo processo de ocupação e colonização, que acabaram por influenciar o desenvolvimento da região, reconfigurando as relações históricas, sociais e culturais do território missionário.

[...] os aspectos culturais da região das Missões estão intrinsecamente ligados à fatores da formação, alicerçada em elementos que nos reportam a origem da organização social do Rio Grande do Sul onde o processo de evangelização indígena conduzido pelos padres jesuítas é elemento fundamental. Desse marco, a cultura missionária é baseada na história da interação entre a população indígena e os padres jesuítas, os quais são amplamente conhecidos pela herança deixada através das reduções jesuíticas (COREDE MISSÕES, 2017, p. 62).

Assim, caracteriza-se o construto territorial da Região das Missões, com ênfase em sua formação histórica, bem como de suas bases econômicas, sociais e culturais, considerando suas particularidades, potencialidades e especificidades territoriais.

Considerações finais

O objetivo do artigo foi o de resgatar as bases econômicas e sociais do território do COREDE Missões, bem como de interpretar a sua dinâmica ao longo de sua trajetória de desenvolvimento.

Para tanto, observa-se que o território ao qual pertence a região foi construído, nos últimos 400 anos, por grande heterogeneidade e especificidades, tanto em relação aos seus aspectos econômicos e sociais, quanto em relação aos aspectos culturais, políticos, geográficos e ambientais.

Nota-se que a região é detentora de grande potencial agropecuário, construído ao longo de sua trajetória e por aspectos relacionados a sua dotação natural, por estar situado em um território voltado à prática da pecuária e da lavoura. Além disso, a especificidade desenvolvida na região foi alicerçada pela existência da dicotomia em relação a sua (re)ocupação do território, que evidencia recortes particulares e antagônicos na sua perspectiva de desenvolvimento.

Para tanto, a pesquisa buscou referências na abordagem do desenvolvimento regional, de acordo com as especificidades, particularidades e potencialidades regionais. O processo de desenvolvimento abrange uma complexidade de relações e sua análise não pode ser restrita apenas à dimensão econômica.

Essa perspectiva justifica-se pela grande heterogeneidade do território missionário no que tange às suas especificidades regionais históricas, culturais, econômicas, sociais, geográficas, políticas e ambientais. Todos esses aspectos são ainda mais relevantes pelo marco teórico metodológico de Formação Econômica e Social (F.E.S.) da região e seu intenso processo de construção territorial. Tal marco teórico analítico repousa em uma perspectiva de trajetórias históricas que moldam o território.

Por fim, como abrangência da Região do COREDE Missões, percebe-se que existem grandes heterogeneidades inerentes ao território e, inclusive, semelhanças fora dele. Desse modo, trata-se aqui de compreender as diferentes inter-relações que interferem e repercutem sobre a construção territorial da região e de suas distintas trajetórias que culminaram na atual dinâmica de desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, N. *Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Editora Unijuí, 1997.

- BRUXEL, A. *O gado da antiga Banda Oriental do Uruguai*. Revista Pesquisas. Vol. 5. 1961. p. 166.
- COREDE MISSÕES. *Plano estratégico de desenvolvimento da Região das Missões (2015-2030)*. WBATUBA, B. B. R. et al. (Org.). Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Santo Ângelo: Editora FuRi, 2017. 320 pg.
- CHRISTENSEN, T. N. S. (Coord.) *Missões: A questão indígena*. Anais do XI Simpósio Nacional de Estudos Missionários. Volume 1, Santa Rosa: Editora UNIJUÍ, 1997.
- FEE. Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul. *Dados abertos. FEE dados*. 2017.
- FLORES, M. *A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento - Uma visão do estado da arte*. Santiago, Chile: RIMISP, 2006. Disponível: <www.rimisp.org/getdoc.php?docid=3702>.
- FLORES, L. P. A missionarização sob olhar indígena. CHRISTENSEN, T. N. S. (Coord.) *Missões: A questão indígena. Anais do XI Simpósio Nacional de Estudos Missionários*. Volume 1, Santa Rosa: Editora UNIJUÍ, 1997. P. 214-242.
- FONTOURA, L. F. M. *Macanudo taurino: uma espécie em extinção? Um estudo sobre o processo de modernização na pecuária da Campanha gaúcha*. 2000. Tese. (Doutorado em Geografia Humana) Instituto de Geografia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censos agropecuários*. Rio de Janeiro, 2006.
- LAZZAROTTO, D. *Os Sete Povos das Missões*. Coleção Cadernos do Museu Antropológico Diretor Pestana. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1996.
- MARTINS, T. C. *A dinâmica da produção cultural: as atribuições das instituições culturais na Região das Missões*. Tese. (Doutorado em Desenvolvimento Regional), Programa de Pós-Graduação em desenvolvimento Regional. Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa cruz do Sul, 2014.
- MIN. Ministério da Integração Nacional. *PDFF*, Brasil: 2009a.
- MIN. Ministério da Integração Nacional. *PROMESO*, Brasil: 2009b.
- NIEDERLE, P. A. *Mercantilização, estilos de agricultura e estratégias reprodutivas dos agricultores familiares de Salvador das Missões, RS*. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- NIEDERLE, P. A. WESZ JÚNIOR, V. J. *A agroindústria familiar da região Missões: construção de autonomia e diversificação dos meios de vida*. Vol. 14, n. 03p. 75-102, set./dez. Revista REDES. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.
- PESAVENTO, S. J. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre. Mercado Aberto, 2002.
- POLACINSKI, E. et al. *Plano de desenvolvimento do APL da agroindústria familiar das Missões (RS)*. Santo Ângelo: FuRI, 2014.
- PORTO, R. G. *Caracterização da pecuária familiar na região da Campanha Meridional: estudo de caso no município de Bagé, Rio Grande do Sul*. 166 f. Dissertação (Mestrado em Sistemas

de Produção Agrícola Familiar). Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento e Gestão. *Atlas socioeconômico do RS*. Disponível em <http://www.seplag.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=545>.

ROTA, E. *A construção do desenvolvimento: análise de um modelo de interação entre regional e global*. Ijuí: UNIJUÍ, 1999.

SANTOS, M. *A natureza do Espaço - técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 2006.

SANTOS, M. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 2ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SANTOS, M. *Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método*. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n 54, p. 35-59, 1976.

SANTOS, J. Q. Os Guarani-missionários e a luta pela terra. In: CHRISTENSEN, T. N. S. (Coord.) *Missões: A questão indígena. Anais do XI Simpósio Nacional de Estudos Missionários*. Volume 1, Santa Rosa: Editora UNIJUÍ, 1997. P. 121-150.

SAUSEN, J. O.; OLIVEIRA, J. R. *Análise histórica do processo de mudança na territorialidade de um município da Região das Missões do Estado do Rio Grande do Sul*. ANPAD. Bento Gonçalves, 2013.

SEPLAN. *Perfil socioeconômico COREDE Missões*. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional. Porto Alegre: 2015a.

SEPLAN. *Cadernos de regionalização do plano plurianual 2016-2019 – Região Funcional 7*. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional. Porto Alegre: 2015b.

SIMONIAN, L. T. L. As Missões e as terras indígenas no Rio Grande do Sul. In: CHRISTENSEN, T. N. S. (Coord.) *Missões: A questão indígena. Anais do XI Simpósio Nacional de Estudos Missionários*. Volume 1, Santa Rosa: Editora UNIJUÍ, 1997. P. 78-100.

SOUZA, J. O. C. Autoctonia (re)velada: invisibilidade e alteridade indígenas na sociedade pluriétnica sulbrasileira (Rio Grande do Sul). CHRISTENSEN, T. N. S. (Coord.) *Missões: A questão indígena. Anais do XI Simpósio Nacional de Estudos Missionários*. Volume 1, Santa Rosa: Editora UNIJUÍ, 1997. P. 165-196.

ZARTH, P. A. *História agrária do planalto gaúcho. 1850-1920*. Ijuí/RS: UNIJUÍ, 1997.

NOTAS DE AUTOR

Contribuição de Autoria

Daniel Claudio da Silveira - Concepção. Coleta de dados, Análise de dados, Elaboração do manuscrito, revisão e aprovação da versão final do trabalho.

Silvio Cesar Arend - Concepção. Coleta de dados, Análise de dados, Elaboração do manuscrito, revisão e aprovação da versão final do trabalho.

Cidonea Machado Deponti - Concepção. Coleta de dados, Análise de dados, Elaboração do manuscrito, revisão e aprovação da versão final do trabalho.

Financiamento

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Consentimento de Uso de Imagem

Não se aplica.

Aprovação de Comitê de Ética em Pesquisa

Não se aplica.

Conflito de Interesses

Não se aplica.

Licença de Uso

Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em: 21-05-2024

Aprovado em: 16-09-2024